

## MERCADO DE TRABALHO

# Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2024

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 6 de setembro de 2024.

## Sumário

Os dados dos rendimentos do trabalho do segundo trimestre de 2024 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda iniciado no segundo semestre de 2023. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 5,8%. Entretanto, estimativas mensais mostram que o rendimento habitual médio real alcançou o pico em abril de 2024 (R\$ 3.255,00), tendo recuado até R\$ 3.187,00 em julho de 2024, valor 2,1% menor.

Por grupos demográficos, os maiores aumentos na renda, na comparação com o mesmo período de 2023, foram registrados no Nordeste, entre os trabalhadores mais velhos (acima de 60 anos) e com ensino superior. Apenas trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou escolaridade inferior apresentaram fraco aumento na renda. O crescimento foi menor para os que habitam no Centro-Oeste, entre os jovens (14 a 24 anos) e em regiões metropolitanas.

Na abertura por vínculo de ocupação, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE), revelam que, no segundo trimestre de 2024, os trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira e do setor público apresentaram crescimento interanual da renda acima de 7% (7%, 7,9% e 7,4% respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira mostraram crescimento de 4,4%, mantendo taxas de crescimento mais lentas que as demais categorias desde o início de 2023.

Por setor, no segundo trimestre de 2024, os piores desempenhos da renda habitual foram nos setores de construção, agricultura e serviços profissionais, com queda interanual de 1,0%, e aumentos de 0,5% e de 2,1%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria e da administração pública mostraram crescimento superior a 8,0%.

No segundo trimestre de 2024, a massa salarial alcançou média mensal de R\$ 323,8 bilhões, 9,2% ou R\$ 27,4 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2023 e 3,5% maior que no trimestre anterior (R\$ 10,8 bilhões). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial média habitual foi de R\$ 322,4 bilhões ou 7,9% maior na comparação interanual.

Um importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. No segundo trimestre de 2024, a proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou para 23,3%, mesmo percentual observado no mesmo trimestre do ano anterior.

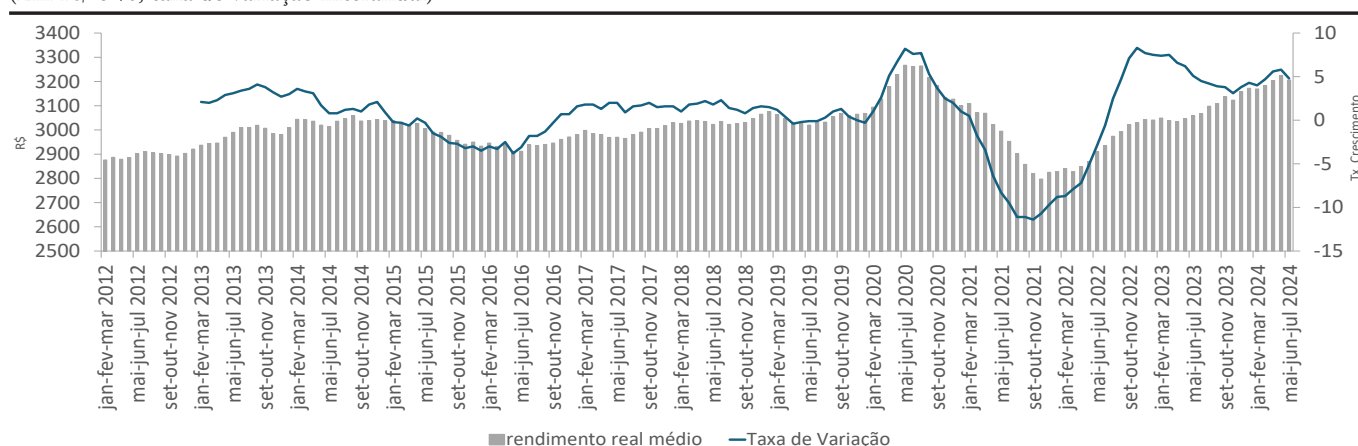
Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice de Gini se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. No entanto, o segundo trimestre de 2022 apresentou reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No segundo trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar se manteve em 0,520. Já o índice de Gini da renda individual subiu de 0,490 para 0,492 entre o primeiro e o segundo trimestres de 2024.

## 1 Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do segundo trimestre de 2024 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda iniciado no segundo semestre de 2023. Como mostra o gráfico 1, 2022 foi um ano de recuperação da renda após a intensa queda em 2021, tendo em vista as fortes taxas de crescimento da renda na comparação interanual. O primeiro semestre de 2023 mostrou uma renda média estável e, portanto, desaceleração das elevadas taxas de crescimento interanuais até então observadas. As rendas médias do segundo trimestre de 2023 atingiram R\$ 3.047,00 (em reais de junho de 2024),<sup>1</sup> praticamente o mesmo valor observado no trimestre anterior. No primeiro trimestre de 2024, a renda habitual média subiu para R\$ 3.169,00, registrando um aumento de 1,5% em relação ao trimestre anterior e de 4,0% na comparação interanual. Já no segundo trimestre de 2024, a renda média alcançou R\$ 3.225,00, representando um aumento interanual de 5,8%. No trimestre móvel terminado em julho, a renda média recuou para R\$ 3.206,00, contudo, ainda 4,8% acima do mesmo trimestre no ano anterior.

No segundo trimestre de 2023, a renda média se manteve acima da observada no mesmo trimestre de 2019 pela primeira vez desde a pandemia (0,6%). Já no segundo trimestre de 2024, a renda média superou o mesmo trimestre de 2019 em 6,5%.

GRÁFICO 1  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio**  
 (Em R\$ e %, taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

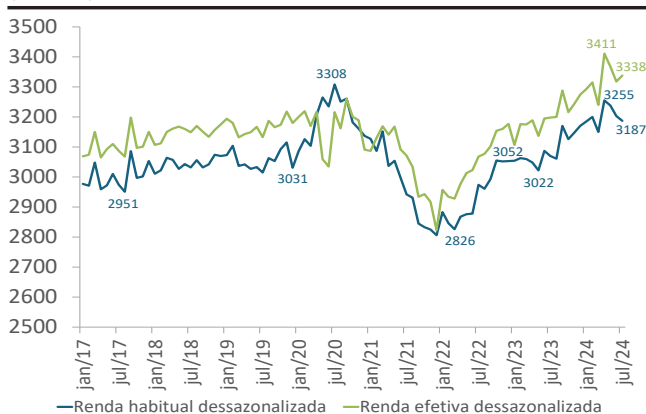
1. As rendas são deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exceto na seção 2 e nas tabelas A.1 e A.2, nas quais se utiliza o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

Estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva real elaboradas na *Nota de Conjuntura* nº 10 sobre mercado de trabalho,<sup>2</sup> feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua, são apresentadas no gráfico 2. Esses dados mensais permitem observar melhor a intensidade da recuperação da renda em 2022, a estabilização do primeiro semestre e o aumento a partir do segundo semestre de 2023. Por certo, o rendimento habitual médio real alcançou o pico em abril de 2024 (R\$ 3.255,00), tendo recuado até R\$ 3.187,00 em julho de 2024, valor 2,1% menor.

Como ainda mostra o gráfico 2, a renda efetiva média também apresentou um pico em abril (R\$ 3.411,00), tendo recuado até R\$ 3.338,00 em julho, uma queda de 2,1%.

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentado no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que, no segundo trimestre de 2024, os trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira e do setor público apresentaram crescimento interanual da renda acima de 7% (7%, 7,9% e 7,4% respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira mostraram um crescimento de 4,4%, mantendo taxas de crescimento mais lentas que as demais categorias desde o início de 2023.

**GRÁFICO 2**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual e efetivo médio mensal dessazonalizado**  
 (Em R\$)

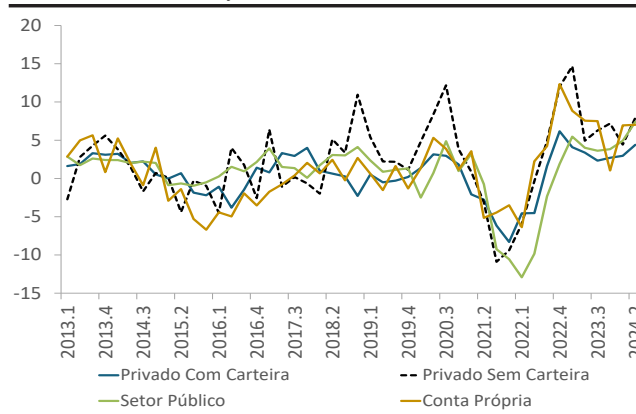


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Obs.: Valores em reais de junho de 2024.

**GRÁFICO 3**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo**  
 (Em %, taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 1, apresentam-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual para o período de 2020 a 2024. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto para esses trabalhadores a renda habitual cresceu 5,3% no segundo trimestre de 2020, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentou queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e no terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram crescimento de 17,3% e de 8,6% da renda efetiva, respectivamente, sinalizando uma recuperação em relação aos níveis anteriores à pandemia. De modo contínuo, o desempenho da renda dos trabalhadores por conta própria se manteve geralmente superior ao das demais posições, com exceção do quarto trimestre de 2023. Entretanto, no segundo trimestre de 2024, foram os trabalhadores do setor público aqueles que mostraram o maior crescimento interanual da renda efetiva, com aumento de 8,4%, contra a elevação de 6,3% dos trabalhadores autônomos.

2. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/220804\\_nota10\\_indicadores\\_mensais\\_mercado\\_trabalho\\_jun22.pdf](https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_nota10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf).

Os empregados do setor privado com carteira assinada apresentaram aumento interanual da renda efetiva de 5,2% no segundo trimestre de 2024, uma aceleração em comparação aos trimestres anteriores. Por fim, os empregados sem carteira assinada tiveram crescimento interanual de 7,7% da renda efetiva e mantiveram as altas taxas de crescimento observadas desde o segundo trimestre de 2022.

TABELA 1

**PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, por tipo de vínculo**

(Em %)

	Privado Com Carteira	Privado Sem Carteira	Setor Público	Conta-Própria	Total
<b>Painel A: Crescimento interanual da renda habitual</b>					
2020.1	1,4	4,8	-2,5	1,4	1,0
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3	6,7
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9	7,7
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2	2,5
2021.1	-2,1	0,9	3,2	3,6	0,5
2021.2	-2,8	-3,1	-0,8	-5,2	-6,4
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5	-11,1
2021.4	-8,3	-9,4	-10,5	-3,5	-10,7
2022.1	-4,6	-5,9	-12,9	-6,4	-8,7
2022.2	-4,5	-0,4	-9,8	2,2	-5,1
2022.3	1,6	4,9	-2,3	4,2	2,5
2022.4	6,2	12,0	1,9	12,3	8,3
2023.1	4,1	14,7	5,5	8,9	7,4
2023.2	3,4	4,9	4,0	7,5	6,2
2023.3	2,3	6,3	3,6	7,5	4,2
2023.4	2,7	7,2	3,8	1,0	3,1
2024.1	3,0	4,4	4,9	6,9	4,0
2024.2	4,4	7,9	7,4	7,0	5,8
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva</b>					
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5	0,7
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6	-1,4
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2	1,8
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9	-1,1
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5	-2,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3	1,0
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6	-6,1
2021.4	-6,6	-7,6	-9,6	2,7	-8,5
2022.1	-1,9	-4,5	-10,9	-2,8	-6,2
2022.2	-4,6	1,5	-9,8	6,0	-4,0
2022.3	1,1	4,9	-3,0	5,4	2,5
2022.4	7,6	13,6	1,5	14,3	9,4
2023.1	4,5	16,0	4,4	8,1	7,1
2023.2	3,4	5,3	2,5	7,0	5,8
2023.3	2,7	7,5	3,8	9,0	4,8
2023.4	2,1	6,9	3,9	0,3	2,6
2024.1	2,2	4,4	4,8	8,6	4,2
2024.2	5,2	7,7	8,4	6,3	6,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda habitual mostrou maiores aumentos no Nordeste para o segundo trimestre de 2024 (8,5%). A região Centro-Oeste confirmou sua desaceleração do crescimento da renda, com alta de 3,3%. Por fim, a região Sul também registrou expressivo crescimento, tendo a renda habitual no segundo trimestre de 2024 sido 7,2% maior em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O corte por gênero revela que os rendimentos habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens em anos anteriores, apresentaram ao longo de 2023 um crescimento in-

teranual maior que o masculino (no quarto trimestre, 4,2% contra 2,5% da renda habitual). No segundo trimestre de 2024 o crescimento da renda voltou a ser superior entre os homens (6,2% para homens e 5,2% para mulheres).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda foi melhor para os mais velhos no segundo trimestre de 2024, com crescimento da renda de 8,8% (faixa etária de 60 anos ou mais). Os trabalhadores mais jovens (14 a 24 anos) apresentaram o menor crescimento e, no trimestre mais recente, registraram aumento de 3,6% da renda habitual. Por sua vez, os trabalhadores adultos (entre 40 e 59 anos) e jovens adultos (entre 25 e 39 anos) elevaram sua renda em relação ao segundo trimestre de 2023 em 5,7% e 5,2%, respectivamente. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os trabalhadores com ensino superior mantiveram crescimento da renda habitual acima de 5,0%. Trabalhadores com ensino fundamental incompleto apresentaram elevação da renda de apenas 1,1% no primeiro trimestre de 2024 na comparação interanual.

TABELA 2

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio habitual real por dados desagregados (3º trim./2022-2º trim./2024)**

(Em %)

	3º T/2022	4º T/2022	1º T/2023	2º T/2023	3º T/2023	4º T/2023	1º T/2024	2º T/2024
Centro-oeste	8,6	12,3	10,6	9,1	3,9	1,8	2,8	3,3
Nordeste	1,4	5,8	9,1	7,5	3,6	4,0	2,5	8,5
Norte	4,4	12,0	6,7	7,5	3,7	4,1	5,6	3,6
Sudeste	1,0	8,0	7,0	5,4	5,2	3,3	4,4	5,6
Sul	4,0	8,4	5,5	4,9	2,0	1,2	4,3	7,2
Masculino	3,3	9,4	7,3	5,7	4,0	2,5	4,0	6,2
Feminino	1,7	6,7	7,7	7,3	4,5	4,2	3,9	5,2
14 a 24anos	1,0	9,0	6,2	6,8	5,5	2,6	1,9	3,6
25 a 39anos	4,4	11,8	9,0	6,0	3,5	1,7	2,8	5,2
40 a 59anos	1,7	5,4	6,5	5,8	4,3	4,1	5,0	5,7
60 anos ou mais	1,3	6,5	3,2	4,5	1,1	1,1	2,8	8,8
Não Chefe Família	5,0	10,6	7,6	6,3	4,6	3,7	4,0	5,8
Chefe Família	0,7	6,3	7,2	6,0	3,3	2,2	3,4	5,3
Fundamental incompleto	5,4	8,7	6,9	7,5	1,9	-0,1	0,4	1,1
Fundamental completo	4,1	6,1	3,0	4,5	0,4	-1,2	2,3	4,2
Médio incompleto	5,6	7,4	5,2	6,0	1,0	0,4	1,9	3,6
Médio completo	4,0	6,8	5,3	3,5	2,3	3,2	3,3	4,7
Superior	0,3	7,3	7,4	5,1	4,0	2,4	3,1	5,7
Região não metropolitana	4,2	7,2	4,9	4,5	1,6	3,1	5,3	7,5
Região Metropolitana	1,0	9,5	9,4	7,8	6,6	3,0	2,9	4,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 3 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual por setores de atividade. Seguindo o padrão observado durante a pandemia, as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio e construção) foram as que apresentaram maior queda da renda efetiva em 2020, e justamente esse impacto maior explica uma recuperação da renda nesses setores após a segunda metade de 2021, ou ao menos uma desaceleração da queda dos rendimentos.



Esse padrão permaneceu ao longo de 2022, ou seja, setores mais formais com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e recuperação mais lenta, com destaque para administração pública (queda de 11,3% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e estagnação no terceiro trimestre) e educação e saúde (quedas de 11,9% e 5,2% da renda habitual no segundo e no terceiro trimestres de 2022, respectivamente), além da indústria (queda de 2,0% da renda no terceiro trimestre de 2022). Assim como no trimestre anterior, no segundo trimestre de 2024, menores aumentos da renda ocorreram nos setores de construção, agricultura e serviços profissionais, com queda interanual da renda habitual de 1,0% e aumentos de 0,5% e 2,1%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria e da administração pública mostraram crescimento superior a 8,0%.

Os valores da renda média habitual por setor de atividade são apresentados na tabela A.3 do apêndice A.

TABELA 3  
**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (3º trim./2021-2º trim./2024)**  
 (Em %)

Painel A: Renda Habitual	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023	3º T - 2023	4º T - 2023	1º T - 2024	2º T - 2024
Agricultura	-3,3	-5,6	1,7	2,2	12,6	13,5	6,5	7,0	-4,6	0,9	0,5	0,5
Indústria	-14,3	-15,8	-7,0	-6,5	-2,0	6,2	4,0	4,6	6,1	5,7	7,4	8,3
Construção	-8,2	-3,7	5,0	5,1	5,4	14,4	4,3	8,0	1,9	-3,8	0,8	-1,0
Comércio	-12,0	-6,8	-2,4	1,4	8,4	7,4	7,4	7,5	2,5	5,9	4,4	4,9
Serviços profissionais <sup>1</sup>	-9,2	-8,7	-4,0	-4,7	3,3	10,0	7,7	5,4	3,7	0,6	0,9	2,1
Transporte	-2,8	0,8	-1,5	5,8	3,9	8,6	6,0	1,1	1,1	-1,7	6,9	7,2
Serviços pessoais e coletivos <sup>2</sup>	-8,2	-5,0	-1,6	4,0	9,6	9,2	9,4	1,2	5,1	2,6	6,4	7,4
Adm. Pública	-11,3	-13,9	-15,7	-11,3	0,0	1,8	6,4	4,4	3,6	4,6	4,9	8,9
Educação e Saúde	-7,8	-11,2	-17,8	-11,9	-5,2	5,4	7,6	5,4	4,4	3,6	3,3	7,7
Alojamento e Alimentação	-6,1	-3,3	-5,0	4,6	2,6	10,8	10,2	8,1	11,5	3,2	1,9	6,8
Painel B: Renda Efetiva	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023	3º T - 2023	4º T - 2023	1º T - 2024	2º T - 2024
Agricultura	-1,1	-6,4	0,5	-5,3	12,7	16,1	6,7	8,1	-5,8	0,3	3,1	1,0
Indústria	-10,1	-14,4	-6,1	-5,2	-1,5	8,7	4,7	3,5	6,8	5,2	7,5	11,2
Construção	-0,6	-0,6	9,3	7,6	5,3	15,1	4,2	9,8	2,7	-3,6	2,8	-2,1
Comércio	-6,2	-3,6	0,9	5,0	8,2	8,6	7,0	6,7	3,4	4,9	5,4	4,8
Serviços profissionais <sup>1</sup>	-2,5	-5,4	0,5	-3,7	3,6	11,2	7,6	5,8	4,4	-0,1	0,2	1,4
Transporte	5,9	4,9	3,0	8,0	2,3	10,3	4,5	0,7	2,8	-1,4	7,2	8,1
Serviços pessoais e coletivos <sup>2</sup>	2,0	0,1	3,0	9,3	10,8	10,5	10,3	-0,3	6,6	2,4	5,1	6,9
Adm. Pública	-10,4	-13,2	-14,8	-11,5	-0,6	1,5	6,4	3,1	4,2	5,3	5,5	9,8
Educação e Saúde	-3,5	-8,6	-15,2	-11,1	-5,3	5,2	6,2	4,3	4,2	3,1	2,3	7,8
Alojamento e Alimentação	8,1	1,7	8,8	9,7	5,5	14,1	8,6	8,8	13,1	2,7	4,0	6,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

<sup>1</sup> Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

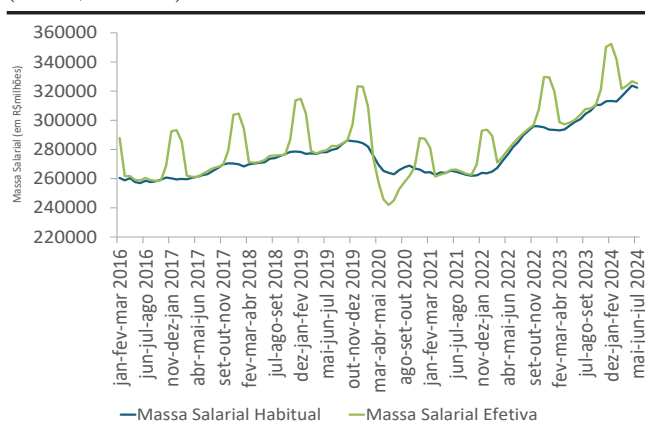
<sup>2</sup> Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte e recreação.

No contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentou queda de 0,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou seu ritmo de queda, mostrando uma retração de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual teve quedas menos intensas, justamente em virtude da recuperação da população ocupada durante 2021. Ao longo de 2022, aliando-se o aumento da população ocupada à recuperação da renda, a massa salarial apresentou expressiva elevação, tendo a habitual aumentado 12,8% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. No segundo trimestre de 2024, a massa salarial alcançou uma média mensal de R\$ 323,8 bilhões, 9,2% ou R\$ 27,4 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2023 e 3,5% maior que no trimestre anterior (R\$ 10,8

bilhões). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial média habitual foi de R\$ 322,4 bilhões ou 7,9% maior na comparação interanual.

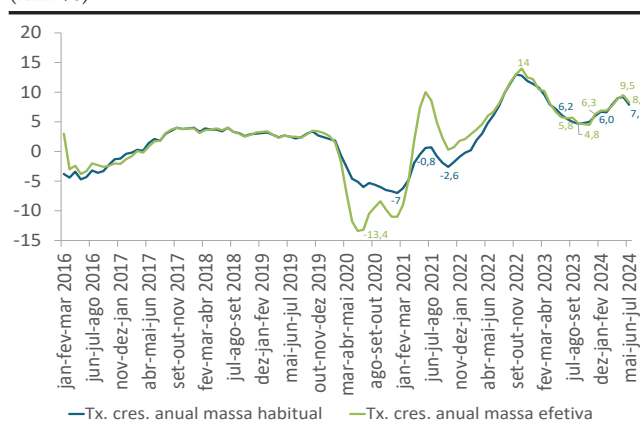
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No quarto trimestre de 2022, houve um crescimento de 14,0% e, no segundo trimestre de 2024, o crescimento interanual foi de 9,5%, alcançando a soma de R\$ 326,8 bilhões (R\$ 28,4 bilhões maior que no segundo trimestre de 2023). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial mensal média efetiva foi de R\$ 325,3 bilhões ou 8,3% maior na comparação interanual.

**GRÁFICO 4**  
**Massa salarial real habitual e efetiva**  
(Em R\$ milhões)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Obs.: Valores de junho de 2024.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de variação interanual da massa salarial real habitual e efetiva**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis de tempo, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice B, detalhamos as faixas de renda.

Na tabela 4, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que reflete na maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, mas também foram os domicílios que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021, com a maior retomada das atividades. No segundo trimestre de 2024, todas as faixas de renda domiciliares mostraram uma queda da renda habitual do trabalho domiciliar, exceto a de renda muito baixa que cresceu 1,2%. Tal discrepância entre a renda domiciliar e as rendas habituais, já observadas no trimestre anterior, são explicadas por uma queda da média de pessoas ocupadas por domicílio observada entre o primeiro semestre de 2024 e o mesmo semestre do ano anterior.

TABELA 4

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Em %, taxa de variação interanual)

Trimestre	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2017.1	-1,46	-1,05	-0,30	-0,64	-1,85	-4,09
2017.2	5,40	2,95	-0,41	-0,60	1,96	4,45
2017.3	7,34	2,93	-0,68	-0,09	2,03	8,05
2017.4	6,96	1,95	-0,85	-0,61	1,80	6,43
2018.1	5,89	2,65	-0,04	-0,77	1,65	6,59
2018.2	0,34	0,09	0,63	0,10	-2,30	0,87
2018.3	-1,51	-0,73	-0,26	-0,34	-3,25	1,87
2018.4	0,28	0,90	2,28	4,49	1,96	0,76
2019.1	0,79	0,97	2,61	4,84	2,42	3,38
2019.2	-1,46	-0,64	1,07	2,31	1,91	1,39
2019.3	-0,78	-0,23	2,08	3,76	2,73	-0,49
2019.4	-1,99	-1,80	-1,14	-1,87	-2,03	-0,94
2020.1	-2,34	0,46	0,59	-1,18	-1,48	-3,99
2020.2	16,35	8,03	5,11	3,46	2,74	-2,15
2020.3	11,17	5,86	3,25	2,80	2,68	0,26
2020.4	3,09	3,54	2,39	1,49	2,01	-6,26
2021.1	2,94	-1,06	-1,03	0,73	1,72	1,92
2021.2	-14,82	-8,30	-6,54	-5,80	-5,00	-6,90
2021.3	-11,01	-6,51	-5,44	-4,26	-2,13	-5,93
2021.4	-7,15	-5,50	-5,33	-3,83	-2,87	-2,03
2022.1	-5,99	-3,44	-4,03	-3,62	-2,20	-8,16
2022.2	-5,22	-4,54	-2,92	-2,68	-3,02	-0,16
2022.3	-4,35	-3,83	-2,18	-3,46	-3,80	-0,61
2022.4	-2,41	-2,64	-1,52	-2,14	-2,86	-1,16
2023.1	3,79	4,98	5,18	3,99	3,99	7,24
2023.2	4,93	6,23	4,63	4,56	5,86	7,83
2023.3	5,09	6,28	4,50	3,83	3,77	2,96
2023.4	5,22	6,93	4,86	4,06	4,51	4,61
2024.1	-0,74	-0,87	-1,41	-1,44	-0,96	-2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 5, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho entre 2020 e 2024. O que mais chama atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho em razão da pandemia, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. Após isso, inicia-se uma tendência de retorno aos patamares imediatamente anteriores à pandemia, permanecendo em torno de 22,0% ao longo de 2022 e terminando 2023 em 23,0%. No primeiro trimestre de 2024, a proporção de domicílios sem renda do trabalho aumentou para 23,9%, tendo recuado para 23,3% no segundo trimestre, mesmo valor observado para o mesmo trimestre do ano anterior.

Nesse trimestre, ao inverso do trimestre anterior, houve também uma queda da proporção de domicílios na faixa de renda média (faixa 4) e alta (faixas 5 e 6) e uma elevação nas faixas de renda mais baixas (faixas 1 e 2).



TABELA 5

**PNAD Contínua: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim./2020-2º trim./2024)**

(Em %)

	Faixa de Renda						
	Sem renda	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2020.1	22,7	26,2	11,8	16,3	14,4	5,8	2,8
2020.2	28,7	28,4	11,2	14,3	11,1	4,3	2,0
2020.3	27,8	28,7	11,4	14,5	10,9	4,5	2,1
2020.4	25,2	28,0	12,6	14,9	12,1	4,9	2,3
2021.1	25,1	27,1	12,5	14,7	12,7	5,4	2,5
2021.2	24,2	29,3	12,8	14,6	12,0	4,9	2,1
2021.3	23,1	29,6	12,9	15,6	12,0	4,8	2,0
2021.4	22,2	29,0	13,2	16,0	12,8	4,9	1,9
2022.1	23,4	26,6	12,8	15,8	13,7	5,5	2,2
2022.2	22,1	28,4	13,3	16,3	13,0	4,9	2,0
2022.3	22,0	28,5	13,1	16,0	13,2	5,1	2,0
2022.4	22,0	26,1	12,8	16,5	14,5	5,8	2,4
2023.1	23,5	26,8	12,2	15,3	14,0	5,9	2,4
2023.2	23,3	28,2	12,5	15,7	13,3	5,1	1,9
2023.3	23,2	27,9	12,2	15,7	13,7	5,2	2,1
2023.4	23,0	26,8	12,0	15,8	14,5	5,6	2,3
2024.1	23,9	25,3	11,7	15,3	15,1	6,1	2,7
2024.2	23,3	26,6	11,9	16,3	14,1	5,6	2,3

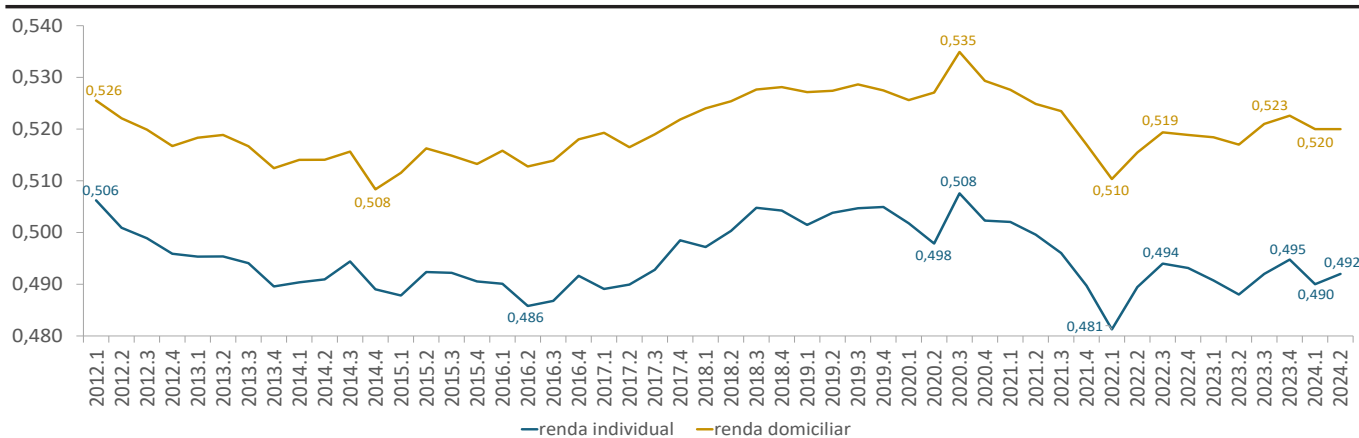
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486, no segundo trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No segundo trimestre de 2024, o índice de Gini da renda domiciliar manteve-se em 0,520. Já o índice de Gini da renda individual subiu de 0,490 para 0,492 entre o primeiro e segundo trimestres de 2024.

GRÁFICO 6

**Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

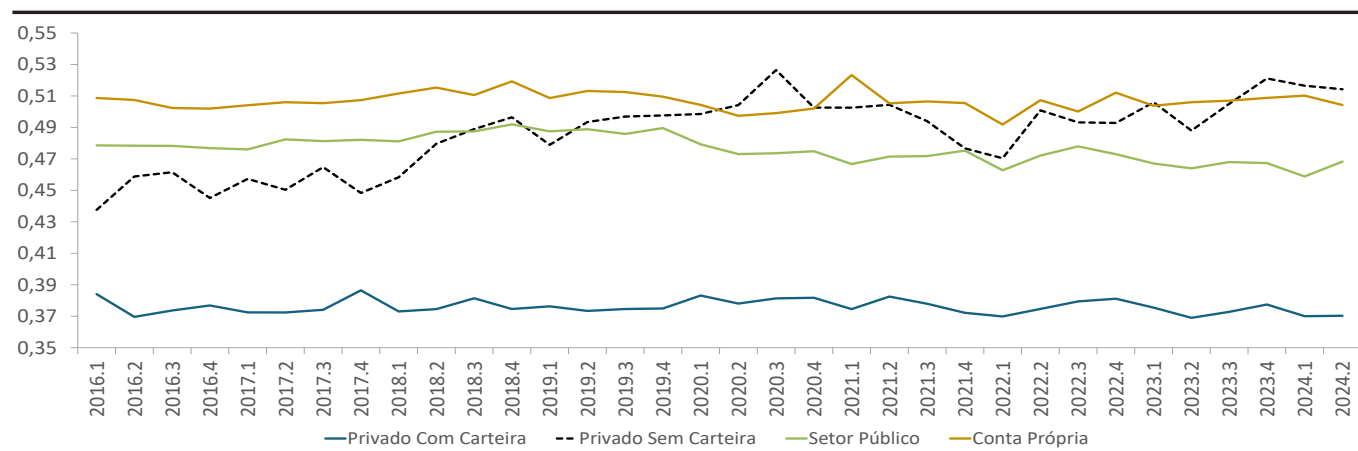
Os dados do gráfico 7, que mostram o índice de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira. De fato, o índice para

esse grupo avançou de 0,504, no primeiro trimestre de 2020, para 0,526, no terceiro trimestre do mesmo ano, refletindo a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse segmento de permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia. Contudo, cabe salientar que o aumento da desigualdade entre os empregados sem carteira mostra-se persistente, sendo este o único grupo em que o índice de Gini encontra-se em patamares substancialmente acima dos observados em 2016 e 2017.

No segundo trimestre de 2024, foram os trabalhadores do setor público que mostraram um aumento da desigualdade (de 0,459 para 0,468), enquanto os trabalhadores informais (autônomos e empregados sem carteira) apresentaram uma queda da desigualdade. Destaque para os trabalhadores autônomos que mostram uma queda da desigualdade de 0,510 para 0,504 entre o primeiro e segundo trimestres de 2024.

GRÁFICO 7

Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Considerações finais

Os dados dos rendimentos do trabalho do segundo trimestre de 2024 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda iniciado no segundo semestre de 2023. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 5,8%. Entretanto, estimativas mensais mostram que o rendimento habitual médio real alcançou o pico em abril de 2024 (R\$ 3.255,00), tendo recuado até R\$3,187,00 em julho de 2024, valor 2,1% menor.

Além disso, os trabalhadores sem carteira foram os que mais sustentaram o crescimento da renda, seguidos dos empregados públicos. Os dados do segundo trimestre de 2024 reforçam uma menor intensidade do aumento da renda dos trabalhadores privados com carteira.

Por setor, no segundo trimestre de 2024, os piores desempenhos da renda habitual foram nos setores de construção, agricultura e serviços profissionais, com queda interanual de 1,0%, e aumentos de 0,5% e 2,1%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria e da administração pública mostraram crescimento superior a 8,0%.

Apesar desses aumentos da renda individual, devido a uma queda da média de pessoas ocupadas por domicílio observada entre o primeiro semestre de 2024 e o mesmo semestre do ano anterior, todas as faixas domiciliares mostraram uma queda da renda do trabalho habitual domiciliar, exceto a de renda muito baixa que apresentou um pequeno crescimento. O índice de Gini da renda domiciliar manteve-se estável e o da renda individual, por sua vez, elevou-se ligeiramente no segundo trimestre de 2024 em relação ao trimestre anterior (passando de 0,490 para 0,492).

## Apêndice A

TABELA A.1

### PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1.120	1.676	2.098	3.166	6.004	15.225
2012.2	1.116	1.706	2.146	3.347	6.613	16.145
2012.3	1.115	1.686	2.135	3.331	6.527	16.539
2012.4	1.119	1.674	2.130	3.328	6.468	16.339
2013.1	1.128	1.702	2.157	3.262	6.181	15.996
2013.2	1.126	1.719	2.182	3.359	6.591	16.957
2013.3	1.142	1.713	2.188	3.343	6.515	16.772
2013.4	1.119	1.702	2.188	3.342	6.405	16.028
2014.1	1.201	1.739	2.292	3.335	6.422	16.013
2014.2	1.181	1.731	2.294	3.392	6.675	16.877
2014.3	1.177	1.731	2.279	3.403	6.594	17.092
2014.4	1.173	1.725	2.256	3.406	6.650	16.582
2015.1	1.183	1.731	2.255	3.319	6.392	16.465
2015.2	1.159	1.679	2.248	3.446	6.786	17.861
2015.3	1.152	1.798	2.198	3.444	6.788	17.511
2015.4	1.106	1.749	2.147	3.282	6.381	16.586
2016.1	1.125	1.736	2.162	3.184	5.974	15.314
2016.2	1.105	1.751	2.202	3.435	6.839	16.741
2016.3	1.104	1.745	2.212	3.384	6.756	16.564
2016.4	1.089	1.743	2.198	3.339	6.461	16.408
2017.1	1.114	1.771	2.175	3.205	5.877	15.163
2017.2	1.173	1.743	2.206	3.444	7.013	17.465
2017.3	1.175	1.723	2.198	3.404	6.930	17.423
2017.4	1.155	1.711	2.180	3.312	6.635	17.443
2018.1	1.164	1.740	2.172	3.196	6.041	15.693
2018.2	1.172	1.768	2.228	3.449	6.984	17.600
2018.3	1.146	1.721	2.191	3.412	6.783	17.992
2018.4	1.150	1.712	2.262	3.450	6.616	17.584
2019.1	1.169	1.730	2.251	3.308	6.103	16.617
2019.2	1.147	1.714	2.271	3.470	6.933	18.203
2019.3	1.145	1.700	2.263	3.469	6.859	17.912
2019.4	1.129	1.691	2.239	3.365	6.508	17.941
2020.1	1.147	1.794	2.214	3.271	6.039	16.260
2020.2	1.412	1.927	2.511	3.809	7.425	18.498
2020.3	1.316	1.885	2.476	3.737	7.461	18.797
2020.4	1.205	1.859	2.308	3.516	6.916	17.344
2021.1	1.197	1.792	2.243	3.411	6.422	16.340
2021.2	1.160	1.777	2.246	3.511	7.032	17.141
2021.3	1.137	1.704	2.195	3.454	6.869	17.286
2021.4	1.083	1.641	2.122	3.302	6.524	16.538
2022.1	1.125	1.668	2.128	3.172	6.108	15.160
2022.2	1.089	1.646	2.125	3.345	6.676	16.825
2022.3	1.099	1.652	2.137	3.350	6.719	17.080
2022.4	1.095	1.648	2.121	3.287	6.429	16.260
2023.1	1.183	1.765	2.206	3.242	6.215	15.835
2023.2	1.172	1.783	2.235	3.435	6.840	17.456
2023.3	1.173	1.802	2.251	3.436	6.822	17.199
2023.4	1.148	1.808	2.225	3.360	6.568	16.509
2024.1	1.181	1.820	2.224	3.252	6.216	15.619
2024.2	1.191	1.862	2.265	3.458	6.873	17.397

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.

TABELA A.2

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Em R\$)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1.341	2.695	4.107	6.926	13.297	32.848
2012.2	1.342	2.785	4.285	7.404	14.446	35.188
2012.3	1.329	2.749	4.244	7.384	14.360	36.085
2012.4	1.335	2.725	4.176	7.278	14.287	35.591
2013.1	1.340	2.697	4.121	7.024	13.504	33.958
2013.2	1.332	2.743	4.229	7.334	14.366	36.310
2013.3	1.342	2.725	4.212	7.279	14.306	35.732
2013.4	1.322	2.677	4.166	7.240	14.093	34.328
2014.1	1.406	2.771	4.247	7.336	14.196	34.305
2014.2	1.385	2.784	4.282	7.510	14.655	35.940
2014.3	1.386	2.774	4.269	7.479	14.543	35.874
2014.4	1.377	2.736	4.221	7.435	14.457	34.954
2015.1	1.372	2.680	4.132	7.155	13.700	34.190
2015.2	1.357	2.710	4.168	7.408	14.525	36.644
2015.3	1.352	2.783	4.280	7.357	14.380	35.820
2015.4	1.302	2.674	4.092	6.983	13.608	34.255
2016.1	1.305	2.599	3.961	6.656	12.651	31.902
2016.2	1.303	2.696	4.189	7.337	14.282	34.648
2016.3	1.282	2.677	4.184	7.216	14.108	33.416
2016.4	1.270	2.639	4.110	7.043	13.619	33.979
2017.1	1.286	2.572	3.949	6.614	12.418	30.597
2017.2	1.373	2.775	4.171	7.293	14.563	36.192
2017.3	1.376	2.755	4.155	7.210	14.394	36.105
2017.4	1.358	2.691	4.075	7.000	13.864	36.163
2018.1	1.361	2.640	3.947	6.563	12.622	32.614
2018.2	1.378	2.778	4.198	7.300	14.227	36.507
2018.3	1.356	2.735	4.144	7.185	13.926	36.782
2018.4	1.362	2.715	4.168	7.315	14.136	36.437
2019.1	1.372	2.666	4.050	6.881	12.928	33.716
2019.2	1.358	2.760	4.243	7.468	14.500	37.013
2019.3	1.345	2.729	4.231	7.455	14.305	36.603
2019.4	1.335	2.666	4.121	7.178	13.848	36.095
2020.1	1.340	2.678	4.074	6.800	12.736	32.372
2020.2	1.580	2.982	4.459	7.727	14.897	36.216
2020.3	1.495	2.889	4.368	7.664	14.689	36.697
2020.4	1.376	2.760	4.220	7.286	14.127	33.834
2021.1	1.379	2.649	4.032	6.849	12.955	32.994
2021.2	1.345	2.734	4.168	7.279	14.152	33.718
2021.3	1.331	2.701	4.131	7.337	14.376	34.523
2021.4	1.278	2.609	3.995	7.007	13.721	33.145
2022.1	1.297	2.558	3.870	6.601	12.670	30.302
2022.2	1.275	2.610	4.046	7.084	13.724	33.664
2022.3	1.273	2.597	4.041	7.083	13.830	34.312
2022.4	1.247	2.540	3.934	6.857	13.329	32.760
2023.1	1.346	2.686	4.070	6.865	13.175	32.495
2023.2	1.338	2.772	4.233	7.407	14.528	36.298
2023.3	1.338	2.760	4.223	7.355	14.351	35.327
2023.4	1.312	2.716	4.125	7.135	13.930	34.269
2024.1	1.336	2.662	4.012	6.766	13.039	31.818
2024.2	1.354	2.755	4.202	7.341	14.418	35.207

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.

TABELA A.3

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade**

(Em R\$)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços profissionais
2012.1	1.575,6	2.948,1	2.346,6	2.543,4	4.162,4
2012.2	1.611,2	2.930,9	2.410,3	2.516,4	4.214,3
2012.3	1.629,1	2.928,4	2.474,4	2.558,6	4.204,0
2012.4	1.633,6	2.927,2	2.385,8	2.526,2	4.261,1
2013.1	1.650,8	2.934,3	2.452,9	2.549,9	4.380,2
2013.2	1.654,5	2.990,8	2.591,2	2.582,7	4.303,7
2013.3	1.693,6	3.002,8	2.595,4	2.605,5	4.370,8
2013.4	1.693,1	2.986,7	2.520,1	2.604,8	4.288,7
2014.1	1.732,4	3.098,7	2.598,2	2.592,1	4.389,4
2014.2	1.733,4	3.004,3	2.547,5	2.547,2	4.463,9
2014.3	1.738,4	3.108,5	2.469,4	2.564,5	4.387,3
2014.4	1.755,4	2.978,5	2.492,4	2.597,5	4.416,4
2015.1	1.767,4	3.091,7	2.459,9	2.594,4	4.387,2
2015.2	1.704,0	3.092,2	2.422,2	2.523,3	4.383,2
2015.3	1.682,2	3.043,3	2.417,4	2.500,9	4.258,5
2015.4	1.672,9	3.032,4	2.458,9	2.433,6	4.271,1
2016.1	1.608,1	3.008,3	2.444,8	2.443,4	4.444,2
2016.2	1.590,7	2.955,0	2.472,6	2.430,2	4.210,8
2016.3	1.659,0	3.003,8	2.377,1	2.460,8	4.293,5
2016.4	1.722,0	2.891,8	2.453,5	2.481,0	4.407,9
2017.1	1.736,9	2.994,7	2.380,2	2.487,6	4.501,0
2017.2	1.811,9	3.000,4	2.409,0	2.463,1	4.338,8
2017.3	1.803,8	3.026,8	2.377,6	2.462,9	4.459,0
2017.4	1.759,8	3.068,8	2.424,2	2.483,9	4.468,6
2018.1	1.767,6	3.109,1	2.402,1	2.437,7	4.496,3
2018.2	1.745,1	3.084,0	2.368,0	2.442,1	4.433,8
2018.3	1.772,7	3.100,5	2.368,9	2.463,3	4.417,8
2018.4	1.787,7	3.045,4	2.335,2	2.458,3	4.486,4
2019.1	1.813,7	3.109,0	2.319,1	2.494,8	4.424,9
2019.2	1.814,2	3.055,7	2.348,3	2.464,8	4.334,6
2019.3	1.754,2	3.042,1	2.416,4	2.477,9	4.367,0
2019.4	1.810,4	3.101,1	2.333,6	2.479,7	4.456,6
2020.1	1.862,0	3.182,3	2.389,5	2.529,5	4.455,5
2020.2	1.882,0	3.379,1	2.548,6	2.566,9	4.343,3
2020.3	1.889,0	3.437,4	2.395,7	2.615,8	4.669,7
2020.4	1.877,6	3.249,2	2.261,5	2.464,8	4.462,5
2021.1	1.837,0	3.029,7	2.193,9	2.429,8	4.318,0
2021.2	1.818,7	2.974,9	2.164,2	2.355,4	4.433,0
2021.3	1.826,5	2.943,9	2.197,2	2.300,8	4.240,8
2021.4	1.770,6	2.734,6	2.179,1	2.297,0	4.076,1
2022.1	1.868,4	2.817,5	2.303,5	2.372,2	4.147,6
2022.2	1.859,6	2.781,4	2.276,9	2.388,3	4.225,3
2022.3	2.056,7	2.885,0	2.315,1	2.494,7	4.380,3
2022.4	2.010,0	2.905,0	2.491,9	2.466,3	4.484,7
2023.1	1.990,8	2.929,4	2.402,0	2.546,9	4.467,5
2023.2	1.989,5	2.908,8	2.460,1	2.567,4	4.456,1
2023.3	1.961,7	3.062,8	2.358,9	2.556,8	4.544,4
2023.4	2.027,6	3.070,9	2.397,9	2.611,9	4.512,4
2024.1	2.001,0	3.144,8	2.421,7	2.659,3	4.509,0
2024.2	1.999,4	3.149,2	2.435,1	2.692,2	4.551,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.



TABELA A.3 (Continuação)

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade**

(Em R\$)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Transporte	Serviços pessoais e coletivos	Adm. Pública	Educação e Saúde	Alojamento e Alimentação
2012.1	3.080,5	2.375,6	4.935,8	3.933,2	2.181,2
2012.2	3.131,5	2.360,2	4.857,0	3.917,3	2.184,0
2012.3	3.038,8	2.275,3	4.842,4	4.014,5	2.103,0
2012.4	3.089,1	2.361,5	4.823,3	3.996,8	2.099,1
2013.1	3.030,2	2.348,6	4.950,4	4.075,8	2.194,6
2013.2	3.150,9	2.374,6	4.973,4	4.042,8	2.193,8
2013.3	3.231,1	2.495,3	4.982,0	4.158,7	2.274,4
2013.4	3.128,3	2.492,3	5.098,1	4.094,2	2.291,5
2014.1	3.197,1	2.474,4	5.185,5	4.116,6	2.315,0
2014.2	3.172,3	2.402,0	5.057,0	4.120,9	2.255,9
2014.3	3.188,7	2.496,3	4.971,2	4.232,6	2.277,4
2014.4	3.257,2	2.461,2	5.193,7	4.142,4	2.247,0
2015.1	3.153,0	2.439,2	5.118,3	4.252,7	2.163,1
2015.2	3.089,4	2.409,7	5.150,2	4.271,4	2.141,3
2015.3	3.086,5	2.429,2	5.198,3	4.182,1	2.189,4
2015.4	3.055,3	2.355,6	5.297,7	4.095,4	2.128,4
2016.1	3.021,9	2.257,6	5.295,5	4.141,5	2.084,1
2016.2	2.998,5	2.235,9	5.410,7	4.059,5	2.061,6
2016.3	3.011,0	2.291,5	5.309,6	4.075,4	2.034,4
2016.4	3.047,7	2.258,9	5.541,5	4.097,3	2.047,0
2017.1	2.924,5	2.354,0	5.664,7	4.161,0	2.050,2
2017.2	2.958,9	2.269,1	5.404,9	4.174,4	2.014,6
2017.3	2.889,9	2.258,4	5.377,7	4.192,3	2.003,7
2017.4	2.994,5	2.313,9	5.369,8	4.300,3	1.967,5
2018.1	2.981,9	2.304,7	5.531,4	4.354,9	2.053,9
2018.2	2.990,6	2.292,3	5.531,5	4.467,7	2.078,7
2018.3	2.949,6	2.262,7	5.517,6	4.405,9	2.030,0
2018.4	2.977,5	2.319,9	5.661,0	4.474,5	2.042,7
2019.1	2.975,7	2.346,2	5.864,8	4.435,8	1.940,0
2019.2	2.986,8	2.277,9	5.728,2	4.416,7	1.932,5
2019.3	2.933,8	2.292,9	5.748,9	4.428,7	1.981,7
2019.4	2.958,1	2.368,5	5.844,6	4.432,1	2.028,8
2020.1	2.948,3	2.378,8	5.756,6	4.368,4	1.988,5
2020.2	2.996,9	2.506,0	5.653,3	4.520,7	2.042,9
2020.3	2.840,8	2.309,3	5.886,3	4.623,1	1.964,2
2020.4	2.719,6	2.288,2	5.945,7	4.465,5	1.877,7
2021.1	2.733,0	2.267,4	5.947,6	4.704,8	2.009,2
2021.2	2.675,1	2.195,3	5.696,6	4.470,0	1.807,6
2021.3	2.762,4	2.171,9	5.219,1	4.265,2	1.844,6
2021.4	2.741,8	2.165,7	5.120,0	3.968,3	1.814,6
2022.1	2.691,6	2.211,6	5.017,0	3.867,7	1.911,8
2022.2	2.828,5	2.335,6	5.055,0	3.936,7	1.890,6
2022.3	2.868,6	2.361,2	5.217,8	4.044,3	1.892,3
2022.4	2.978,0	2.361,3	5.211,1	4.183,3	2.010,4
2023.1	2.852,1	2.454,6	5.337,3	4.160,0	2.107,2
2023.2	2.859,0	2.365,4	5.277,4	4.150,6	2.044,4
2023.3	2.905,4	2.481,5	5.404,3	4.222,0	2.110,3
2023.4	2.927,9	2.422,4	5.450,8	4.335,7	2.073,9
2024.1	3.049,5	2.611,5	5.597,8	4.295,9	2.147,5
2024.2	3.065,3	2.540,2	5.744,5	4.471,1	2.182,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2024.

## Apêndice B

O quadro B.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008-2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes incluem domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, com isso, se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro B.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

### QUADRO A.1

#### Faixas de renda mensal domiciliar

(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (jan./2009)	Renda domiciliar (maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)  
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora y Araujo  
Sandro Sacchet de Carvalho  
Sergio Fonseca Ferreira

**Pesquisadores Visitantes:**

Debora Mesquita Pimentel  
Felipe dos Santos Martins

**Equipe de Assistentes:**

Beatriz de Luna Barreto  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Guedes Pecky  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Equipe Administrativa:**

Amanda Fernandes Tatagiba  
Lidiane Santos de Souza  
Aline Conceição Santos  
Rosanne Rodrigues Barbosa

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---